

A economia política do Peru: da ruptura interrompida aos dilemas contemporâneos*

Peruvian Contemporary Political Economy

PEDRO SILVA BARROS | pedro.barros@ipea.gov.br

Técnico de Pesquisa e Planejamento da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Deint) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), titular da missão deste instituto em Caracas, Venezuela, e professor licenciado do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

VERENA HITNER | verena@hitner.eng.br

Mestranda do Programada de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP). Brasil.

Recebimento do artigo: 30-ago-10 | **Aceite:** 18-out-10.

Resumo O texto tem por objetivo discutir os determinantes históricos do Peru atual. Busca-se mostrar que o aparente paradoxo peruano entre altos índices de crescimento econômico e desaprovação política pode ser explicado pelo legado da colonização: desigualdades sociais e regionais. No primeiro momento apresenta-se a evolução histórica do país, que levou a ascensão de Alberto Fujimori e do neoliberalismo. O argumento do texto é o de que a ruptura com o modelo de desenvolvimento dependente iniciada no governo Velasco Alvarado foi interrompida por sucessivos golpes de estado. A interrupção tem reflexo na estrutura política e econômica atuais, que têm como característica a dependência primário-exportadora e instabilidade política. No segundo momento, busca-se entender as conseqüências das reformas dos anos 1990 e os impactos da crise mundial de 2008 sobre o país.

Palavras-chave Peru, economia política peruana, Velasco Alvarado, Alberto Fujimori, Alan García.

Abstract The text aims at discussing the historical determinants of contemporary Peru. It seeks to show that the apparent paradox between Peru's high levels of economic growth and political disapproval can be explained by the legacy of colonization: social and regional inequalities. At first, the text presents the historical development of the country, which led to the rise of Alberto Fujimori and neoliberalism. The argument is that the break with the dependent development model which started in the government of Velasco Alvarado was interrupted by successive coup d'état. The interruption is reflected in contemporary political and economic structures, which are characterized by its primary-export dependence and political instability. Secondly, it seeks to understand the consequences of the 1990s reforms and the impact of the 2008 global crisis on the country's economy. **Keywords** Peru, Peruvian political economy, Velasco Alvarado, Alberto Fujimori, Alan García.

* Os autores agradecem as sugestões dos pareceristas anônimos da Oikos.

Introdução

Na última década, o Peru tem intrigado os analistas pela existência de dois fatores que, em geral não se combinam: alto crescimento econômico e impopularidade dos governos. Há certo consenso na bibliografia de que se trata de um paradoxo. Para compreender o aparente paradoxo da evolução histórica recente do Peru, faz-se necessário discutir seus determinantes e apresentar seus dilemas. A tese defendida neste trabalho é a de que o fenômeno pode ser explicado pela ruptura interrompida do governo Velasco Alvarado (1968-1975) e pela política econômica liberal remodelada pelo governo Alberto Fujimori (1990-2000).

O texto está dividido em dois eixos. No primeiro, são discutidos os determinantes históricos do Peru atual: o liberalismo como regra e a fragilidade institucional do Estado. Estes dois fatores foram fundamentais para a não incorporação política das populações indígenas, bem como pelo autoritarismo que predominou ao longo da história. Argumenta-se que, ao longo da história, houve tentativas de rompimento com a estrutura social, mas que foram sempre, de uma maneira ou de outra, abortadas.

No segundo eixo, busca-se entender as conseqüências das especificidades das reformas da década de 1990 no Peru e os impactos da crise mundial de 2008 sobre o país, bem como traçar possíveis cenários para o futuro próximo.

A história do paradoxo

O Peru do presente é determinado por sua condição histórica periférica (dependências de investimentos estrangeiros e rigidez de recursos) agravada pela não incorporação de parte considerável da população indígena à política e ao próprio Estado. A primeira tentativa de ruptura com essa lógica ocorreu a partir do final da década de 1960, no governo Velasco Alvarado.

Na região, os anos 1960 são marcados pela repercussão da Revolução Cubana de 1959, pela agenda da Aliança para o Progresso, pelo avanço na industrialização e pela influência da proliferação de movimentos de libertação nacional em vários países do terceiro mundo. O Peru não passou imune a essas mudanças. O crescimento da força política e eleitoral da esquerda encabeçada pelo APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) de Haya de La Torre teve, pela primeira vez, chances reais de chegar ao poder. Essa possibilidade abriu espaço para

outro rasgo autoritário levado a cabo por um grupo de militares liderado pelo general Pérez Godoy, que se tornou presidente. A permanência de Godoy na presidência durou pouco, sendo destituído, ainda em seu primeiro ano, por um novo golpe que levou Balaúnde Terry (1963-1968) à presidência.

O novo governo, que tinha como objetivo principal promover a indústria nacional, conviveu com um contexto econômico desfavorável. Os crescentes gastos públicos e a posterior restrição creditícia aumentaram expressivamente o endividamento externo, o qual triplicou, entre 1963 e 1967, passando de 237 para 685 milhões de dólares (Pinto, 2003, p.83). Além disso, a inflação aumentou em 11,6% em 1967, o que forçou o governo a fixar o câmbio para evitar as seguidas desvalorizações e estimular as importações. Isso gerou insatisfação de diversos setores e propiciou, em outubro de 1968, um novo capítulo do militarismo peruano com a ascensão do General Velasco Alvarado (1968-1975). A economia, até então predominantemente liberal, sofreu uma guinada intervencionista. Houve uma pequena ruptura – na verdade, uma tentativa de ruptura – que fracassou. Essa tentativa será aqui denominada ruptura interrompida. Nesse momento,

no Peru, as relações sociais de dominação estão carregadas de um forte ingrediente étnico. Por esse motivo, as lutas sociais destinadas a nacionalizar a sociedade, imprimindo-lhe um conteúdo popular, significam também uma reivindicação dos direitos sociais dos que integram esses setores marginalizados. (Cotler, 2006, p. 316).

A dominação oligárquica passa a ser questionada fortemente pelos novos grupos urbanos indígenas e pelos beneficiados pela reforma agrária.

Wilson Cano caracteriza esse momento como um período de “*reformas radicais*” (1999, p. 472). Entre as reformas elencadas pelo autor está o atamento de relações externas com o bloco socialista; a reforma agrária e a reforma urbana (ambas conhecidas por estarem entre as mais profundas da história latino-americana); o controle de preços; a promoção de exportações, com diminuição e reintegração tributária; a nacionalização do petróleo, a centralização do Estado e a nacionalização de bancos. Tais reformas são típicas de um processo de industrialização por substituição de importação proposto pela Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), que ocorreu em grande parte dos países da região no final da Segunda Guerra e só apareceu na política econômica peruana no início da década de 1970.

Na passagem para a década de setenta, o governo liderado por Velasco Alvarado iniciou uma ruptura que foi abortada em 1975, com a ascensão do militar conservador Francisco Morales Bermúdez (1975-1980). Esse governo interrompeu o processo de ruptura iniciada em 1968, ao adotar uma postura mais conservadora em relação à política econômica.

O Peru, como a maioria dos países da região, não ficou imune à crise da dívida que assolou o mundo e, particularmente a América Latina, na década de 1980. A resposta do segundo governo Terry (1980-1985) à crise foi a retomada liberal sob nova estratégia, possibilitado pela fortuita reviravolta nos preços dos minerais peruanos em 1979, que fez as elites nacionais considerarem a ortodoxia econômica uma alternativa viável (Pastor Jr & Wise, 1992, p. 86). As ações empreendidas pelo governo levaram ao colapso econômico, entre outras razões, por aumentar a já enorme desigualdade social do país. A conjuntura de crise permitiu que propostas alternativas de esquerda ganhassem espaço. O grupo Sendero Luminoso, que na década de 1970 expandiu sua atuação, antes restrita às áreas rurais, para as regiões urbanas, ganhou força e cresceu tanto em número de membros como em áreas ocupadas. A (outra) alternativa era a participação no jogo democrático, que tinha no APRA e na Izquierda Unida (IU) seus principais representantes. Essas propostas também ganharam força ao longo da década, com plataforma de reversão do neoliberalismo.

Em 1985, o partido Aprista, membro da internacional socialista, encabeçado por Alan García (1985-1990), chegou ao poder com a promessa de reverter o neoliberalismo, acabar com a inflação e redistribuir a renda em favor dos mais pobres.

A política econômica de Alan García foi inaugurada com o discurso proferido na Assembléia Geral das Nações Unidas contra o FMI. Nesse momento García anuncia que o Peru limaria o gasto com os serviços da dívida a 10% das exportações. O programa heterodoxo peruano era muito similar ao empreendido pelo Brasil e Argentina na época. Partia da análise de que a inflação era inercial e que para contê-la seriam necessários choques nos preços. A estratégia, entretanto, mostrou-se problemática na medida em que veio acompanhada de uma retórica inflamada contra os organismos financeiros internacionais, que levou ao isolamento internacional do Peru.

Existem pelo menos três razões que explicam a falência do programa (Pastor Jr & Wise, 1992, p. 100). A primeira foi o já mencionado comportamento do setor externo. A segunda foi o movimento da taxa de câmbio, que, ao ser pressionada pelo mercado paralelo, teve sua desvalorização antecipada. Por fim, o déficit pú-

blico, que passou de 2,4% do PIB em 1985 para 6,5% dois anos depois, estimulando a já crescente inflação (Pastor Jr & Wise, 1992, p. 101). Um ímpeto final da pressão inflacionária teria sido a falta de alinhamento entre os preços relativos, provocado pela combinação de expansão da demanda e preços seletivos controlados pelo governo. Se no começo do governo García obteve algum êxito econômico, no final a gestão econômica foi considerada a pior da história peruana. A crescente corrupção roeu a base de apoio do aprismo e a maior parte dos movimentos sociais, que flertaram com o García no início do governo, estava na oposição radical. A inflação havia crescido, chegando aos quatro dígitos anuais e a desigualdade social permaneceu sendo o maior problema do país, o que abriu espaço para a ascensão do candidato *outsider* da política peruana nas eleições de 1990.

O ícone do neoliberalismo sul-americano: Fujimori em três tempos

Há certo consenso na literatura sobre o Peru (Degregori, 2005, Thorp e Zevallos, 2002) do período do governo Fujimori de que este pode ser dividido em três tempos: *protofujimorismo*, que se move dentro do marco democrático constitucional e que dura de 1990 a 1992; *fujimorismo clássico*, autoritário, mas com alta legitimidade popular, que tem início com o auto-golpe de abril de 1992 e se prolonga até meados de 1996; e o *fujimorismo tardio*, que tem início em agosto de 1996 com a aprovação a Lei de Interpretação Autêntica da Constituição, que buscava abrir o caminho para uma segunda reeleição e durou até a queda do regime.

A primeira fase do governo teve início com a eleição de Fujimori, em um momento de crise generalizada, índices inflacionários superiores a 7000% ao ano, taxa de desemprego recorde e dívida externa de quase U\$ 18 bilhões (também recorde) em dezembro de 1989. Aos problemas econômicos se somavam os problemas sociais, a corrupção, o desprestígio dos partidos políticos, além da ação do grupo Sendero Luminoso.

Alberto Fujimori foi eleito com um discurso de independência e de eficiência técnica, sintetizados no slogan de campanha "*Honradez, tecnologia y trabajo*". A base política da vitória de Fujimori foi o colapso do sistema partidário tradicional peruano, que ao cair em descrédito na sociedade permitiu que um *outsider* chegasse ao poder (Roberts, 1995, p. 98). O projeto político adotado ao longo do período, entretanto, foi construído, como um quebra-cabeça, por partes de projetos de grupos distintos.

Del Frente Democrático (FREDEMO) [tomó prestado] el programa económico; de las Fuerzas Armadas la estrategia antisubversiva; (...) apenas dos semanas después de haber asumido el gobierno, se apropió de buena parte del programa de su derrotado rival [Mario Vargas Llosa] y procedió a un duro ajuste (Degregori, 2005, p. 245).

Isso fez do regime um projeto único, marcado por estilo próprio, mas que economicamente traduziu o modelo liberal defendido pelo candidato Vargas Llosa (vencedor do primeiro turno), mesmo tendo Fujimori prometido, durante o período de campanha, não aplicar tais medidas. Isso garantiu a ele vitória expressiva sobre Vargas Llosa. Destaca-se que, surpreendentemente para muitos, o programa liberal foi executado sem distúrbios causados por descontentamento social e com apoio da opinião pública. O regime fujimorista contou ainda com o aval dos organismos financeiros internacionais e dos tecnocratas peruanos, encarregados de aplicar os programas de ajuste (Degregori, 2005, p.245).

Quando Fujimori assumiu a presidência, a inflação estava com quatro dígitos fazia três anos, dentro de um movimento que fez a renda *per capita* voltar ao nível de 1950 (Roberts, 1995, p.96). A resposta à crise foi um pacote neoliberal, composto por três passos que garantiriam a estabilidade econômica. O primeiro deles foi o programa de estabilização, adotado em agosto de 1990 com o objetivo de controlar a inflação e normalizar o pagamento dos serviços da dívida. O segundo passo foi dado pelas reformas institucionais pró-mercado, iniciadas em fevereiro de 1991. Essas reformas incluíram a desregulamentação dos mercados financeiro e laboral, redução e unificação tarifária, privatizações, e esforços para redução de evasão fiscal. O terceiro passo foi dado pela reintegração do Peru ao circuito financeiro internacional. Desse modo, o primeiro período se caracteriza por um grande otimismo internacional com o novo governo e por enorme aprovação e legitimidade internas.

Os governos de Fujimori retomaram o modelo liberal histórico do Peru e, ignorando os problemas do passado, deixaram de lado duas questões estruturais da sociedade peruana: a distribuição da renda e a inclusão social das populações indígenas.

Thorp & Zevallos (2002) argumentam que as políticas fujimoristas se diferenciavam das do passado de três maneiras. Em primeiro lugar, se as políticas primário-exportadoras do passado respondiam principalmente ao mercado internacional, as políticas dos anos 1990 refletiam uma decisão política do Estado dirigida pela pressão do Balaço de Pagamentos (Thorp & Zevallos, 2002, p. 5).

O resultado foi um Balanço de Pagamentos vulnerável e dependente do capital estrangeiro de curto prazo.

A segunda distinção diz respeito ao desincentivo aos outros setores da economia. Se no passado primário-exportador o desincentivo era devido à falta de diversidade da economia pela bonança exportadora (maldição dos recursos naturais), a abertura da década de 1990 e o conseqüente aumento da competitividade eram parte de uma política deliberada que tinha por finalidade diminuir os impactos econômicos do protecionismo do passado. A terceira diferença é o reflexo da popularidade das privatizações na época, que gerou grandes oportunidades internas para o capital estrangeiro. (Thorp & Zevallos, 2002, p. 10).

O segundo período do regime ficou conhecido pelo eufemismo “auto-golpe” de 5 de abril de 1992 e pelo incremento das prerrogativas militares. Esse momento tem como antecedente político o período que vai de agosto de 1990 a março de 1992, quando a maioria dos partidos eleitos para o legislativo passaram a cooperar com o novo governo (Degregori, 2005, p.246). Tais partidos viviam, desde o governo García (1985-1990), uma crise de representatividade, sendo incapazes de articular-se com outros setores sociais mesmo nos momentos de crise¹. Entretanto, no começo de 1992 o quadro de cooperação é substituído pelo embate político entre Executivo e Legislativo. Uma das razões foi a aprovação de uma lei de controle do Executivo, que buscava restringir os atos normativos do presidente da república. À lei, Fujimori respondeu acusando o Parlamento de irresponsável, “estéril e antinacional” (Bowen, 2000, p115). A fragilidade dos partidos políticos, somada à legitimidade interna e internacional de Alberto Fujimori levaram ao recrudescimento do autoritarismo e ao auto-golpe.

O auto-golpe significou, entre outras coisas, a dissolução do Parlamento e a intervenção nos governos regionais, no poder judiciário, no Tribunal de Garantias Constitucionais, na Controladoria Geral da República e na Justiça Eleitoral. Ou seja, todo o poder ficou concentrado no Executivo, que passou a ser chamado de Governo de Emergência e Reconstrução Nacional.

Apesar de contra as instituições democráticas, o golpe teve apoio da opinião pública nacional e poucos comentários internacionais. O apoio da população peruana ao golpe aumentou ainda mais depois da prisão do líder máximo do

1 Na verdade, para Grompone (1998, p.16), a personificação em torno de Fujimori não foi uma expressão generalizada da crise de representatividade, mas a manifestação de uma de suas faces, a decadência da democracia de partidos.

Sendero Luminoso, Abmael Guzmán, em setembro de 1992. Tal acontecimento se traduziu em comoção nacional e sucessivas vitórias nas eleições para o novo Congresso Constituinte e para o referendo que aprovaria a nova Constituição. Além disso, foi fundamental para o êxito do golpe a imagem construída a respeito do Parlamento, que aparecia para a opinião pública como um lugar de polarizações desnecessárias (Degregori, 2005, p.248). Desse modo, o golpe apareceu para parte da população como uma pequena mudança necessária para o cumprimento das promessas eleitorais. A legitimação internacional do governo deveu-se, sobretudo, ao sucesso das políticas antiinflacionárias e de combate aos grupos insurgentes, executadas ao longo desse período.

A vitória na Constituinte de 1993, entretanto, foi apertada, diferentemente do previsto pelo governo, que obteve apenas 52% das cadeiras e o referendo, que ocorreu em seguida, demonstrou que a reeleição não estava garantida. A Carta tratava de consolidar no país os princípios neoliberais e de incrementar as prerrogativas militares. Também previa maior centralismo e força para o executivo nacional (Degregori, 2005, p. 250). Isso significava a definitiva aliança entre governo e forças armadas, personificada na figura de Vladmiro Lenin Montesinos Torres.

A terceira fase do regime fujimorista teve início com a aprovação da Lei de Interpretação Autêntica, que regulamentou do artigo 112 da Constituição de 1993 e permitiu a nova candidatura de Fujimori. Alguns autores (Bowen, 2000 e Degregori, 2005) argumentam que a principal razão para essa lei foi o escândalo que envolvia o pagamento de US\$ 50 mil mensais entre julho de 1991 e agosto de 1992 de Vladmiro Montesinos para Demetrio Chávez Peñaherrera, conhecido como “Vaticano”, o mais importante narcotraficante peruano. Vaticano afirmou isso publicamente e assegurou que o pagamento só deixou de acontecer porque ele havia subido o preço para US\$100 mil mensais. Isso atingiu o núcleo duro do governo.

Associado a esse fato havia o problema econômico, que voltava a atingir os peruanos. No final de 1996, veio a recessão que diminuiu a confiança da população no modelo econômico vigente. Nesse momento, a oposição, que se calara até então, começou a ganhar força e articular-se na organização de um referendo que anulasse a Lei de Interpretação Autêntica, impedindo a nova candidatura de Fujimori para as eleições de 2000. Acuado, o governo passou a atuar na defensiva, quando, subitamente, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) mudou o cenário em favor de Fujimori, ao invadir a residência do embaixador do Japão no Peru, em dezembro de 1996. Esse fato forçou a oposição a se apro-

ximar novamente do governo, o que deu nova oportunidade ao presidente de interpretar seu papel de líder duro e eficaz contra o terrorismo (Degregorio, 2005, p. 259).

Isso deu fôlego ao governo por mais um ano, quando uma iniciativa cidadã intitulada Foro Democrático apresentou mais de um milhão de assinaturas, tal como estipulava a Constituição de 1993, para submeter a reeleição de 2000 de Fujimori a um referendo popular. Numa grande manobra política, o Congresso fez uma nova interpretação da Constituição e promulgou uma lei que dizia que, além das assinaturas populares, era necessário o apoio de 48 congressistas para aprovar o referendo (Degregorio, 2005, p.260), o que impediu a ação da oposição.

A estratégia de campanha de Fujimori concentrou as ações do candidato nas classes mais pobres e tinha os programas sociais como principal estratégia de campanha. O direcionamento dos gastos sociais e o controle dos meios de comunicação foram essenciais para recolocar Fujimori na disputa.

As fraudes do processo eleitoral, entretanto, mostraram-se muito acentuadas, o que, associada à crise econômica, deu fôlego para que movimentos sociais se reagrupassem em trono de reivindicações de democracia e respeito aos direitos humanos. Nesse contexto, novos atores começam a aparecer. Entre eles, Alejandro Toledo, que, se três meses antes das eleições estava entre os últimos colocados nas pesquisas, poucas semanas depois, aparecia como o favorito. Assim como Fujimori fizera, apresentava-se como candidato independente, como a novidade. Sua infância pobre e sua origem indígena davam o tom da diferença, que foi fundamental para tirar os votos de Fujimori das camadas mais pobres. Toledo foi ao segundo turno contra Fujimori, que ganhou com 56% dos votos, iniciando, assim, seu terceiro mandato em 20 de julho de 2000 (ONPE). Vale ressaltar que 30% do eleitorado anulou seu voto, sobretudo depois da campanha de Toledo para tal. Isso espelha a falta de legitimidade do processo e a falta de crença da população naquele sistema eleitoral.

Em 14 de setembro do mesmo ano, veio a público um vídeo que mostrava cenas de um congressista recebendo dinheiro de Montesinos. Esse foi o começo do fim. Depois do escândalo, o governo perdeu o apoio das Forças Armadas, sua última base de sustentação. Fujimori renunciou do Japão seu cargo de presidente do Peru. O vice-presidente Francisco Tudela, ante ameaça por parte de Montesinos, renunciou e o presidente do Congresso Valentín Paniagua Corazao assumiu o governo de transição.

A retomada da democracia

Uma vez restabelecida a democracia, destacaram-se nas eleições nacionais o APRA de Alan García, o Peru Possible, de Alejandro Toledo e o Unidad Nacional, de Lourdes Flores. Alejandro Toledo (2001-2006) venceu no segundo turno, com 52% dos votos contra 47% de Alan García. Toledo se elegeu com o discurso de “união de todos os sangues”², o que lhe permitiu uma candidatura apoiada nas mais diferentes matizes sociais. O apoio popular veio graças à sua origem andina e posição de *outsider* lhe rendeu os votos daqueles desacreditados no sistema partidário tradicional.

Apesar do discurso, o que impulsionou a vitória à Toledo contra García no segundo turno foi a possibilidade de retorno do aprismo ao poder. Nesse sentido, parte significativa dos votos de Toledo foram votos no “menos pior”. O programa de Toledo propunha avançar na estabilização e crescimento econômico e no fortalecimento da democracia. Ou seja, parecia dar segmento às políticas econômicas da era Fujimori.

Do Peru de ontem ao Peru de hoje: síntese do paradoxo

Desde a década de 1930, as profundas divisões na sociedade peruana somadas aos longos períodos autoritários fizeram-se sentir politicamente na profunda falta de legitimidade da representação partidária. Desde então, o liberalismo foi a regra. Golpes militares reprimiam pressões distributivas e privilegiavam as expectativas dos grandes investidores estrangeiros, abrindo a economia e diminuindo o papel do Estado. Além disso, a constante troca de governo, bem como uso patrimonial feito pelos diferentes grupos, favoreceu a corrupção e conspiraram contra a profissionalização do serviço público.

Devido à fraqueza do Estado para fazer valer a lei, bem como para atender as demandas sociais e para controlar o território, prevaleceu ao longo da história um desprestígio das instituições democráticas. Com a falta de legitimidade dos partidos tradicionais dois outros novos tipos emergiram nas disputas eleitorais do final do século XX. O primeiro deles são os partidos “independentes”, dos

2 Referência ao livro de J.M. Arguendas

quais fazem parte tanto Fujimori como Toledo. São organizações nacionais com líderes carismáticos e com discurso de “pragmatismo político”. O segundo tipo é composto pelos partidos locais, que são pequenos e competem apenas nas províncias. Às vezes, no entanto, aparecem nas disputas nacionais coligados aos partidos maiores. Esses partidos substituíram os tradicionais na organização local da política e têm predominância nas regiões com maiores populações indígenas.

A política posta em prática nos anos 1990, com a abertura e equilíbrio econômico é marcada pelo fortalecimento das características do Peru histórico, ou seja, pelo aprofundamento dos problemas estruturais: dependência externa e desigualdade social, que resulta num crescimento combinado com insatisfação política. Da mesma forma, os governos seguintes ao fujimorismo, o de Alejandro Toledo e o de Alán García, são marcados pela baixa popularidade apesar do crescimento econômico. *“Toledo e García [segundo mandato], em seus mandatos, foram os presidentes mais impopulares da América Latina”* (Cotler, 2009, p. 172).

A análise dos dados do *Informe Latinobarómetro 2008* reforça e ilustra o aparente paradoxo peruano entre êxito econômico e fracasso político e ajudam a contextualizar o Peru dentro da lógica regional. A publicação feita por uma organização não-governamental sem fins lucrativos que tem sede em Santiago do Chile e é financiada, principalmente, pela União Européia e por países da região é editada anualmente desde 1995 e acompanha um bom rigor metodológico. Ao todo 18 países da região são pesquisados, sendo 10 da América do Sul. O relatório apresenta a economia como “o principal problema” (p. 11) da região. A tabela elaborada com dados da CEPAL sobre o PIB dos diversos países destaca o Chile e o Peru como países que conseguem crescer acima da média da região, sem muitas flutuações, desde 2002.

Em contraste a isso, havia uma sensação por parte dos entrevistados de que o ano de 2009 não seria bom para o Peru. Ao responder a pergunta “agora que termina o ano de 2008, você vê o próximo ano com esperança ou com preocupação:” apenas 44% disseram “com esperança” (p. 14), o índice mais baixo da região, que teve média de 59% de esperançosos. O Peru também é o único país da América do Sul que tem sua economia vista como o principal problema do país (p. 22), superando a saúde, a política, o desemprego e a violência; ainda que a preocupação em ficar desempregado fique um ponto abaixo da média. Soma-se a isso o fato da percepção econômica pessoal futura ser a pior da América do Sul (p. 32), a confiança nos bancos, nas empresas privadas e nos empresários estarem abaixo da média (pp. 34 e 35) e menos da metade dos peruanos dizerem que a economia

de mercado é o único sistema a ser desenvolvido. A percepção negativa da evolução recente da economia peruana não para por aí: a satisfação com os serviços públicos privatizados é de apenas 27% dos entrevistados, abaixo da média latino-americana de 32% e muito aquém dos 51% de satisfação dos brasileiros.

A avaliação do Estado no Peru também não é satisfatória. Junto com os paraguaios, os peruanos têm a pior percepção do Estado como cumpridor das leis, atribuindo nota 4,4 nesse quesito, ante 5,2 da média regional (p. 41). Para apenas 7% da população, as instituições públicas funcionam bem ou muito bem contra 23% da média regional e 14% de Honduras e Bolívia, que dividem a segunda pior colocação (p. 43). A corrupção dos servidores públicos no Peru também está percebida por seus cidadãos como pior do que a média dos outros latino-americanos vê, assim como os políticos são vistos como mais corruptos do que o resto da sociedade (p. 46). O mais expressivo nesse aspecto é que apenas 17% dos peruanos percebem progressos na redução da corrupção, ante 22% da Argentina, segunda pior colocada, e 38% da média regional (p. 47). O Informe, por fim, apresentou os peruanos como os que têm a pior avaliação sobre o congresso e os partidos políticos na região. Apenas 16% consideram o parlamento bom ou muito bom contra 41% da média (p. 85). A confiança nos partidos é ainda pior: 11% (p. 87).

O *Informe Latinobarómetro 2009*, divulgado em dezembro do referido ano não apresenta significativas variações em relação à situação apresentada no ano anterior. A economia do Peru é vista como satisfatória ou muito satisfatória por apenas 13% dos entrevistados, segundo pior resultado entre os 18 países (p. 83). A maneira como o presidente enfrenta a crise também encontra no Peru sua segunda pior percepção, 24% ante 48% da média regional (p. 84).

A estrutura macroeconômica do Peru contemporâneo

A economia do Peru tem conseguido os mais significativos índices de crescimento da América do Sul na década de 2000. Esse resultado é fruto de reformas aplicadas na década anterior e de uma conjuntura favorável, principalmente no que se refere ao preço dos minerais. A abertura dos anos Fujimori trouxe uma quantidade muito expressiva de investimentos externos diretos (IED), especialmente para a mineração. Essa atividade econômica, cujo destino é a exportação, foi a que apresentou maiores taxas de crescimento no período. Pelas

características do setor (intensivo em capital e, atualmente, pouco intensivo em trabalho) e pela forma como vem sendo reestruturado no Peru, seus benefícios não tem chegado à boa parte da população.

A análise mais detalhada dos dados econômicos do Peru nos últimos anos mostra uma importante melhora, como apresenta a tabela 1. As reservas internacionais passaram de pouco menos de US\$ 10 bilhões em 2002 para mais de US\$ 30 bilhões em 2008. O produto interno bruto (PIB) tem crescido a taxas médias anuais superiores a 6%. As exportações aumentaram expressivamente, no início da década correspondiam a 13% do PIB e em 2007 ultrapassaram 25% do produto. As importações também cresceram, mas com uma velocidade um pouco menor (exceto em 2008), o que acarretou em grandes superávits na balança comercial, particularmente entre 2004 e 2007. Por outro lado, em 2008, o balanço em conta corrente voltou a apresentar déficit, o que não ocorrida desde 2003, como sinal de que ainda há alguma vulnerabilidade externa e um dos indícios de que a crise mundial afetou o crescimento da economia peruana, pela diminuição das exportações nos últimos meses de 2008.

Tabela 1 | Dados macroeconômicos (2002-2008)

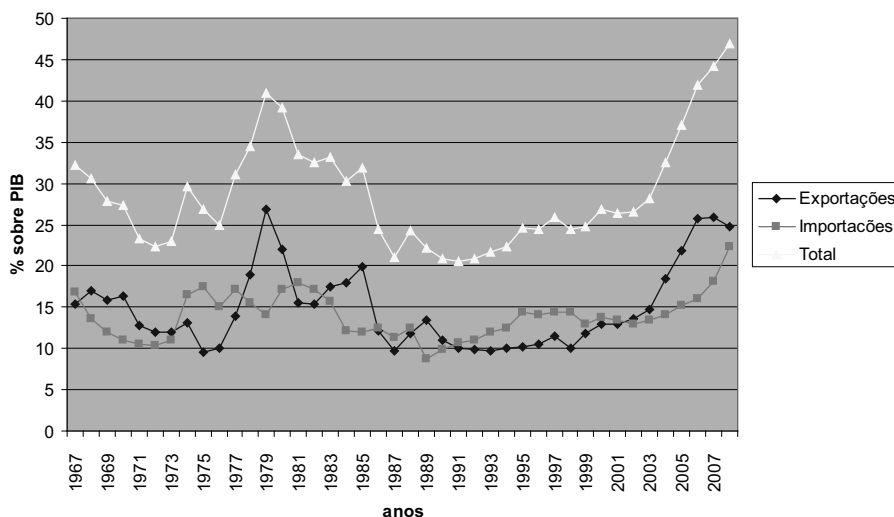
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Reservas Internacionais Brutas (milhões de US\$)	9690	10206	12649	14120	17329	27720	31233
PIB real (var. %)	5,0	4,0	5,0	6,8	7,7	8,9	9,8
Balanço em conta corrente (milhões de US\$)	-1110	-949	19	1148	2854	1220	-4180
Balança comercial (milhões de US\$)	321	886	3004	5286	8986	8287	3090
Balança comercial (% PIB)	0,6	1,4	4,3	6,7	9,7	7,7	2,4
Exportações totais (% PIB)	13,6	14,8	18,4	21,9	25,8	25,9	24,7
Importações totais (% PIB)	13,0	13,4	14,1	15,2	16,1	18,2	22,3
Renda de fatores, total (% PIB)	-2,6	-3,5	-5,3	-6,4	-8,2	-7,8	-6,4
Transferências correntes (% PIB)	1,8	2,0	2,1	2,2	2,4	2,3	2,2
Conta financeira (% PIB)	3,2	1,1	3,1	0,2	0,8	8,7	5,8

Fonte: BCRP, elaboração própria.

A corrente de comércio é a soma das importações e exportações, quanto maior é a corrente maior é a relevância do cenário internacional para o desempe-

nho da economia interna. No Peru, como na maior parte dos casos, mas não sempre, quando o governo tem uma política intervencionista e de industrialização por substituição de importações a corrente de comércio tende a diminuir, como fica claro no gráfico 1. Foi assim entre 1968 e 1973, no governo Velasco Alvarado, quando exportações e, principalmente, importações diminuíram. O aumento das importações e o conseqüente déficit na balança comercial nos dois últimos anos do governo, 1974 e 1975, provocaram alguma instabilidade que ajudou a derrubá-lo. O expressivo aumento dos preços dos minerais na segunda metade da década de 1970 ajudou na execução da agenda de liberalização, assim como a queda dos preços dos minerais na segunda metade da década de 1980 agravou os problemas econômicos do país. As variações dos preços das principais *commodities* peruanas não são causas únicas das variações políticas do país, mas certamente tem amenizado ou agravado os momentos de estabilidade e de instabilidade.

Gráfico 1 | Corrente de comércio (1967-2008)



Fonte: BCRP, elaboração própria.

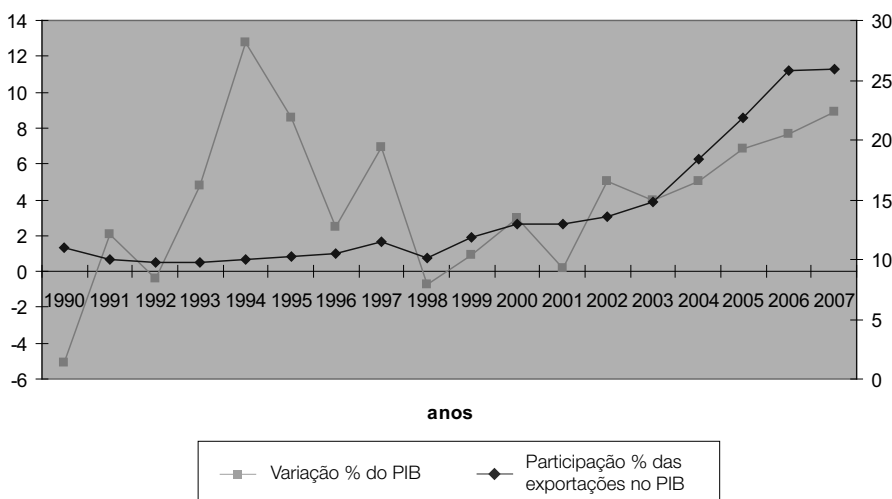
Nota-se também que durante o ajuste dos anos 1990, que combinou abertura econômica e valorização real do câmbio como forma de conter a inflação com queda nos preços internacionais dos minérios, o país apresentou seguidos déficits na balança comercial. Vale apontar que os governos de Cardoso no Brasil e Menem na

Argentina adotaram políticas similares as de Fujimori e tiveram resultados também semelhantes na inserção internacional e, em específico, na balança comercial, todas deficitárias. Nos três casos, a valorização da moeda nacional (ou a pressão por valorização) nos primeiros anos de ajuste se acentuou pelas facilidades para entrada de investimento externo direto, capitais de curto prazo e taxas de juros domésticas muito acima das internacionais, reforçando a tendência ao déficit comercial.

Uma análise da corrente de comércio peruana dentro de uma perspectiva histórica leva a clara constatação de que ela é maior quando há superávit na balança comercial. Ou seja, as exportações e o conseqüente aumento de divisas causam aumento das importações, não o contrário. Esse é um movimento característico das economias periféricas, dependentes das exportações de *commodities*.

O gráfico 2 mostra que, na última década, o crescimento do produto foi muito estimulado pelas exportações. O processo começou no governo Fujimori e se tornou aparentemente sustentável (crescimento cada vez mais acentuado por cinco anos seguidos) a partir da inflexão no crescimento das exportações. Como conseqüência, pode-se perceber um crescimento das exportações em participação do PIB ininterrupto desde 1998, acentuado a partir de 2002. A mineração tem um papel decisivo neste movimento, os desdobramentos políticos merecem avaliação e serão decisivos para o futuro próximo do país.

Gráfico 2 | Crescimento estimulado pelas exportações (1990-2008)



Fonte: BCRP, elaboração própria.

A partir das reformas de Fujimori, o peso relativo dos minérios e petróleo no total das exportações aumentou. Na primeira década desse movimento, os preços internacionais desses produtos não tiveram aumentos reais significativos, mas o aumento da quantidade exportada também explica o crescimento da participação de ambos no total exportado. Nos últimos seis anos, os preços dos minérios e do petróleo aumentam em termos reais, acentuando a participação de ambos nas exportações peruanas.

O Peru, desde sua descoberta, é um importante produtor de minérios, mas a mineração ganhou muito espaço durante o governo Fujimori, que teve sua política econômica baseada no incentivo às *commodities*. Hoje o país é o segundo produtor mundial de prata, terceiro de zinco, cobre e estanho, quarto de chumbo e molibdênio e quinto de ouro. Seus preços e quantidade exportada sustentaram o crescimento do PIB peruano em vários períodos de sua história.

Diferente do discurso governista e oficial, a importância da mineração tem crescido em termos de proporção das exportações, receitas fiscais e investimento estrangeiro. Com o crescimento da mineração cresceram também os conflitos sociais ligados a essa questão e se transformaram no maior empecilho a essa atividade econômica. Desse modo, se por um lado a mineração traz consigo grande atrativo econômico, por outro, existe uma instabilidade política potencial intrínseca a ela. Isso quer dizer que mesmo a integração política formal, feita pela redemocratização, de setores antes negligenciados não evita confrontos entre o governo e a população mais diretamente afetada por esses empreendimentos e entre os que mais demandam contrapartidas pela exploração das reservas não-renováveis do país.

O arcabouço fiscal peruano, criado no governo Fujimori, é uma das principais fontes de conflito. O atual modelo, no que se refere à mineração, foi desenhado no início na década de 1990 com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros para o setor. As empresas que então iniciaram suas operações estavam desobrigadas de pagar *royalties* para o Peru. Fujimori também assumiu o compromisso de manter a “estabilidade fiscal”, renunciando a possibilidade de alterar as regras tributárias sem a prévia aprovação das empresas. Além da falta de legitimidade para firmar esse tipo de acordo, o “atraso” das receitas fiscais passaram a fomentar os conflitos nas áreas de mineração (Arellano, 2008, p. 66).

Quando estava em campanha, Alan García criticou esse modelo. Ao assumir, entretanto, seu governo apoiou um acordo com as empresas de mineração para manter o arcabouço normativo em troca de um programa social criado pelas pró-

prias empresas, o Programa Minero de Solidariedade com o Povo (PMSP). Este estabelece transferências de recursos tributários para a própria região onde há a exploração. Em 2007, mais de dois terços desses recursos foram direcionados para seis regiões (Ancash, Cajamarca, Cusco, Moquegua, Pasto e Tacna) que têm menos de um sexto da população (Arellano, 2008, p. 68) Ou seja, se Fujimori criou um sistema perverso que não foi revertido por García. Na verdade, foi aperfeiçoado, evidenciando a continuidade do processo de desindustrialização do país.

Nesse processo, observa-se uma grande dependência do capital estrangeiro associada à pauperização da população do entorno, descrédito nas empresas do setor e crescentes conflitos ambientais. A mineração é o setor que lidera, junto com a comunicação, o investimento externo direto, com quase 20% cada, seguidas por indústria, finanças e energia (cerca de 15% cada).

A situação externa favorável do Peru nos anos de 1979 e 1980 foi revertida em 1981 e 1982, quando a economia sofreu com choques negativos em seus termos de troca e com altas taxas de juros internacionais. Em 1983, o governo peruano decidiu acelerar a depreciação cambial para aumentar a competitividade das exportações, que se estendeu até 1985 e estimulou um melhor desempenho das exportações no ano de 1984. No entanto, esta política gerou pressões inflacionárias no país, que fizeram o novo governo (Alan García) inaugurar um programa de estabilização de preços, cujo principal instrumento foi a taxa de câmbio como âncora para reduzir o nível de preços. A manutenção dos preços sob controle e a fixação da taxa de câmbio implicaram maiores distorções sobre a economia.

Nos anos seguintes, um sistema de taxas múltiplas de câmbio foi introduzido e, entre 1987 e 1990, o governo peruano fez uso de diversos pacotes de estabilização, nos quais a taxa de câmbio valorizada para certas transações servia de âncora para estabilizar preços. A consequência da valorização cambial na década de 1980 foi um desempenho extremamente negativo das exportações do país. Nos anos 1990, em virtude das exigências do programa de austeridade do FMI, o sistema de taxas de câmbio foi unificado e o *inti* substituiu a antiga moeda (*sol*), em um sistema de taxas de câmbio flutuantes.

No entanto, em virtude da hiperinflação de 1991, o *novo sol* substituiu o *inti* como moeda de circulação. Em Agosto de 1990, o governo lançou um amplo plano de estabilização, no qual a taxa de câmbio passou a ser flutuante com certo grau de intervenção. A política monetária contracionista contribuiu para a valorização da taxa de câmbio real, que foi mais forte nos anos seguintes e implicou desempenho negativo das exportações do país. As exportações registraram cres-

cimento negativo neste período, voltando a se recuperar apenas em meados da década de 1990.

Em virtude do contágio das crises ocorridas ao final da década de 1990, a moeda peruana sofre relativa depreciação nos anos 1997-1999. Após 2000 a taxa de câmbio novo sol/dólar manteve-se praticamente estável, enquanto as exportações registraram forte crescimento ao longo da década. O crescimento das exportações peruanas deu-se especialmente devido a substancial melhora dos preços internacionais dos produtos tradicionalmente exportados pelo Peru (*commodities*), apesar de, em menor medida, os volumes exportados também terem crescido³.

Tratado de Livre Comércio EUA – Peru

O tratado de livre comércio com os Estados Unidos é o grande tema da política comercial do Peru nos últimos anos. A origem da discussão sobre os tratados de livre comércio (TLC) na América Latina remonta a 1991, momento de consolidação do Consenso de Washington, quando o presidente George Bush assinou o *Andean Trade Preference Act* (ATPA), que eliminou as várias tarifas de produtos dos países andinos. Essa ação tinha como objetivo, além de promover a indústria desses países, a criação de alternativas à produção e ao tráfico de drogas. Para os apologistas da globalização, esse fenômeno gerou a necessidade de estabelecer novos mecanismos de negócios. Os TLC constituiriam um instrumento que privilegiaria essa atividade comercial entre os países que os assinassem. Esses analistas (Bustamante, 2004; Sotelo, 2005) consideram que aí estava o impulso para Equador, Colômbia e Peru iniciarem negociações como os Estados Unidos da América para constituir um TLC.

Outra forma de analisar o processo é que a inviabilização das negociações da ALCA a partir de 2002 e o seu fim não declarado na Cúpula de Mar Del Plata, de 2005, levaram os EUA a buscarem aproximação bilateral com os países da América Latina. Primeiramente os da América Central e depois os mais alinhados da América do Sul, a saber, Colômbia, Equador e Peru. Em 2002, no início de um novo contexto regional com a ascensão de governos críticos ao ideário da década anterior e com os EUA sob a administração de George Walker Bush, o programa foi renovado e rebatizado de *Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act* (ATPDEA), que vigeu até 2008. Foi no período de vigência do ATPDEA que foi

3 Ver Central Reserve Bank of Peru Annual Reports 2000-2008.

formalizada a proposta do Tratado de Livre Comércio Peru-EUA. O tema gera debates polarizados em toda a região, no Peru não é diferente.

Nas últimas eleições havia uma candidatura claramente a favor do TLC Peru-EUA (Lourdes Flores), outra explicitamente contra (Ollanta Humala) e um candidato que optou por não ter uma posição definida sobre o tema (Alan García). A opção por não tratar do tema foi, provavelmente, uma estratégia eleitoral e a adesão ao programa de um candidato derrotado não foi novidade na política peruana. O programa eleitoral de Alan García, embora seja relativamente completo com 468 pontos, trata superficialmente o tema, não deixando claro sua posição. Quando trata da integração o *Plan de Gobierno del APRA* propõe “*aprobar el TLC previo estudio a fondo de sus costos y beneficios para el país para lo que se requiere la más completa información al respecto*”. Não há retórica que esconda essa ambigüidade. A proposta já estava em pauta há alguns anos, tempo mais do que suficiente para o Partido Aprista, dentro da sua perspectiva, levantar todos os prós e contras. Há outra única referência ao TLC, no item 125, no capítulo de cultura. Afirma que irá “*mantener dentro de la negociación del TLC con EE. UU. y otros países la propuesta peruana de amplia Reserva Cultural y Educativa que nos permita legislar al futuro sobre a materia*”. Essa é uma preocupação constante dos que discutem a temática cultural em todo o mundo, sendo comum esse tipo de ressalva.

O TLC EUA-Peru acabou por ser assinado em 12 de abril de 2006, ratificado pelo congresso peruano em 28 de junho de 2006, ainda no governo Toledo, pela Câmara Americana em 2 de novembro de 2007 e em 4 de dezembro de 2007 pelo senado. O acordo entrou em vigor em 1º de fevereiro de 2009, sem nenhum tipo de resistência ou debate maior por parte do governo García.

Cabe ainda dizer que o ano de 2009 foi caracterizado, economicamente, pelo combate à crise internacional. O Peru, um dos países da região que mais sofreram com a crise, adotou políticas anti-cíclicas, que priorizaram a amenização dos efeitos da crise em detrimento daquelas que foram hegemônicas desde o início da década anterior, a saber, controle da inflação e cortes no gasto público a fim de zerar qualquer déficit. O comportamento do governo no último ano fortalece a interpretação de que a adesão do segundo García ao neoliberalismo foi muito mais pragmática do que programática. Em um mundo em transição que assiste, em alguma medida, a volta das idéias desenvolvimentistas, não pode se assustar se García, ou seu sucessor, rejeitar o ideário que tem sustentado as políticas públicas peruanas desde Fujimori.

Considerações finais: os dilemas peruanos e o papel da integração regional

O Peru, como os demais países da América do Sul, vive um constante dilema entre o caminho seguro e subordinado da aproximação com a potência hegemônica hemisférica e a incerta, porém promissora, integração regional. A crescente polarização do presidente peruano com vizinhos do norte e do sul é um passo no sentido de deslocar o país da política sul-americana. A aproximação com os Estados Unidos, os impasses com o governo da Bolívia, as tensões históricas em relação ao Chile e ao Equador geram alguma instabilidade e não há perspectivas de mudanças nesse quadro no futuro próximo. Aparentemente, esse movimento leva o Peru a priorizar relações com os países centrais (Estados Unidos e Europa) e da Ásia-Pacífico.

A aproximação com o Brasil, entretanto, ganhou novo fôlego nos anos 1990, quando a América do Sul se reforçou como a prioridade da política externa. Naquela década, o intercâmbio econômico e comercial, porém, teve um crescimento bastante modesto. Os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil mostram que o país exportou US\$ 221 milhões em 1991 e US\$ 287 milhões em 2001. Nos últimos anos o crescimento foi extraordinário, chegou a US\$ 2,3 bilhões em 2008, dez vezes mais do que dezessete anos antes. Na atual década, a política externa integracionista ganha espaço, como aponta Paulo Vizentini, ao dizer que *“no Peru, o recém eleito governo Alan García, mesmo tendo derrotado o candidato militar nacionalista Humala Ollanta, adotou uma política pró-integração”* (Vizentini, 2007).

Nesse momento em que a potência hegemônica se distancia desse hemisfério surge a oportunidade para a auto-organização sul-americana. Na política peruana, serão apresentados dois modelos no próximo pleito. Independente de quem será o candidato mais forte do lado liberal é certo que haverá uma polarização com Ollanta Humala ou com o candidato do aprismo, se este romper com o liberalismo como forma de superar a crise iniciada em 2008⁴. Humala defenderá claramente a ruptura iniciada por Velasco Alvarado, com a incorporação das camadas excluídas, especialmente os indígenas e o fim do Tratado de Livre Co-

4 Possibilidade cada vez mais remota na medida em que a crise vai sendo superada em escala mundial.

mércio com os EUA. O candidato liberal, por sua vez, defenderá as mudanças recentes e afirmará que o crescimento econômico advindo delas é a melhor forma de diminuir as desigualdades.

Referências bibliográficas

- ARELLANO, Javier. Resurgimento minero en Perú: ¿Una versión moderna de una vieja maldición? In: *Colombia Internacional*, nº 067, enero-junio, Universidade de los Andes, Bogotá, Colombia, pp. 60-83.
- BOWEN, Sally. *El Expediente Fujimori. El Perú y su Presidente 1990 – 2000*. 1ª e. Lima, Monitor S.A., 2000.
- BUSTAMANTE, Pablo. El TLC y nuestras estrategias de desarrollo. In: *Gerencia*. IPAE, Lima, nº 159, out. 2004, pp. 12-14.
- CANO, Wilson. *Soberania e Política Economica na America Latina*. São Paulo, Editora da UNESP, 2000.
- COTLER, Julio. *Peru: Classes, Estado e Nação*, 1ª ed. Brasília, Funag, 2006.
- _____. O paradoxo peruano: crescimento econômico e desaprovação política In: *Diplomacia, Estratégia e Política* nº 9, janeiro-março 2009, pp. 171 – 186.
- DEGREGORI, C. Iván. Perú: el desvanecimiento de un régimen y el desafío de la reconstrucción democrática In: DOMÍNGUEZ, J & SHIFTER, M. (Ed.) *Construcción de la gobernabilidad democrática em América Latina*. Colombia, FCE, 2005.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina* 2ª ed. Rio de Janeiro, Lia, 1970.
- GARCÍA, Alan. El perro Del hortelano In: jornal *El Comercio*, Lima, 2 de março de 2008.
- GROMPONE, Romeo. *Fujimori, Neopopulismo y comunicación política* IEP, Documento de trabajo nº 93, Serie Sociología y Política, Lima, 1998. Disponível em <http://www.iep.gov.pe/politicagubernamental/fujimori,Alberto/peru/>, acesso em 30/09/2009
- PAREDES, Maritza. *Weak Indigenous Politics in Peru*. CRISE Working paper No.33, April, 2008.
- PASTOR Jr, M. & WISE, C. Peruvian Economic Policy in the 1980s: From Orthodoxy to Heterodoxy and Back. In: *American Research Review*, vol. 27, No. 2 (1992), pp. 83-117, disponível em <http://www.jstor.org/stable/2503750~>, acesso em 26/09/2009 09:13
- PINTO, H. E. Meza. Evolução da Economia Peruana no Período 1950-2000: Meio Século de Transformações e a Procura de Relações Internacionais In: *Cadernos PROLAM/USP* ano 2 – vol. 2 – 2003, pp. 79-109.
- PÓVEDA, Renan A. Mining: The Challenge of Sustainability In: GIUGALE, M, FRETES-CIBILS, V & NEWMAN, J *An opportunity for a different Peru: prosperous, equitable and governable*. The World Bank, Washington, 2006.

- ROBERTS, Kenneth M. Neoliberalism and the transformation of Populism in Latin America: The Peruvian Case. *In: World Politics*, vol. 48, no. 1, Oct. 1995, pp. 82-116. John Hopkins University Press. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/25053953>, acesso em 12/08/2009.
- SOTELO, J. Ortiz. Europa América Latina: Peru e sua inserção em um mundo global. *In: Análises e informações* nº 20, Agosto 2005.
- THORP, R & ZEVALLOS, G. The Economic Policies Of The Fujimori Years: A Return To The Past? *In: QEH Working Paper Series*, QEHWPS83, February, 2002.
- VILLAREAL, M. Angeles. *U.S.-Peru Economic Relations and the U.S.- Peru Trade Promotion Agreement.*, CRS Report for Congress, July, 27, 2007.
- VIZENTINI, Paulo F. *América do Sul: economia, política e integração regional (2005-2006)*. Porto Alegre: NERINT/UFRGS, 2007.

Sítios da internet

- ONPE: <http://www.onpe.gob.pe/> – http://www.web.onpe.gob.pe/modElecciones/elecciones/pire/consulta_eleccion.php?e=2001G&dp=000000&pr=0&ds=0
- Proinversión: <http://www.proinversion.gob.pe/0/0/modulos/JER/PlantillaStandardsinHijos.aspx?ARE=0&PFL>
- <http://www.proinversion.gob.pe/0/0/modulos/JER/PlantillaStandardsinHijos.aspx?ARE=0&PFL=0&JER=1537>
- BCRP: <http://www.bcrp.gob.pe/estadisticas.html>
- Ministerio de Economía y Finanzas:
http://www.mef.gob.pe/ESPEC/MMM2010_2012/MMM_2010_2012_Rev.pdf